
A Morte e o Morrer

Desafios para a Teologia Moral no Contexto Atual

José Trasferetti ¹
Adriano Goldoni de Sá² (in memoriam)
Naira Brasil ³
Tiago Cabrini⁴

Resumo: O artigo visa aprofundar o conceito de morte e o morrer a partir da realidade social do Brasil e da reflexão teológica. Os dados estatísticos revelam que houve significativa mudança no contexto da morte, apontando o drama da “morte social” como um indicativo da violência. A fé em Deus torna-se uma forma de suportar o sofrimento, tornando a perda mais tolerável.

Pesquisa bibliográfica e documental. Pesquisas sobre estatísticas em sites da Internet sobre a morte, sobretudo, a morte violenta. Desenvolvimento de estudos junto à CNBB e demais órgãos da Igreja Católica, para levantamento bibliográfico e documental; leitura dos textos mais importantes relacionados a morte e ao morrer no campo da Teologia Moral e da literatura brasileira. Visita e entrevistas semi-estruturadas a famílias que perderam entes queridos.

Busca-se apresentar a morte e o morrer sob a perspectiva social tendo como suporte prático às estatísticas que mapeiam o conceito de morte no Brasil. Por meio de uma reflexão teológica o artigo aproxima duas realidades que aparentemente, parecem contraditórias: vida e morte, mas que na verdade são complementares e dependentes.

A morte enquanto argumento religioso tem como princípio básico à origem do ser humano, ou seja, o pó. O inteiro processo do viver e do morrer revela a igualdade entre os homens. Por fim, o artigo apresenta a perspectiva da Teologia Moral, enquanto construtora do necessário discernimento moral durante nossa curta passagem por este mundo.

Palavras-chave: Teologia Moral; morte; discernimento; fé; esperança.

¹ Doutor em Filosofia e em Teologia. Prof. Titular da PUC-Campinas. Diretor da Faculdade de Filosofia e Coordenador do programa de pós-graduação “stricto sensu” em filosofia. Presidente da SBTM (Sociedade Brasileira de Teologia Moral). E-mail: trasferetti@uol.com.br

² Estudante de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

³ Estudante de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

⁴ Estudante de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

Introdução

A Teologia Moral é uma disciplina antiga. Foi desmembrada do tronco comum da Teologia no século XVI. Seu crescimento foi visível durante o catolicismo pós-tridentino, chegando, inclusive, a exercer um grande papel na vida dos cristãos. Após o *Concílio Vaticano II*, a Teologia Moral conseguiu uma grande renovação, colocando sua centralidade na Sagrada Escritura, na Patrística, na Tradição e no Magistério. Estas fontes, bem utilizadas, serviram para dar uma fundamentação consistente para a epistemologia da linha de pesquisa.

Enquanto “ciência que se ocupa do movimento da criatura racional para Deus”, coloca como objeto de sua preocupação o comportamento humano em todas as suas dimensões. O teólogo moralista não pode se omitir quando questões candentes afetam a vida em sociedade, determinando o sentido e o objetivo da existência humana. Num mundo cada vez mais plural, a Teologia Moral procura seu espaço, descobrindo novos interlocutores dentro de um novo labor teológico. Compreender as relações sociais, os novos costumes, as tendências comportamentais, os valores que surgem a partir da influência dos *mass media*, tornou-se um grande desafio para os teólogos. Vivemos numa sociedade fragmentada, dividida, complexa. Uma sociedade que não quer enfrentar o tema da morte e do morrer com maturidade.

Segundo Leocir Pessini(1), “há mais ou menos um terço de século, assistimos a uma revolução brutal das idéias e dos sentimentos tradicionais. É um fenômeno que chocou os observadores sociais. A morte, tão presente e familiar no passado, vai se apagar e desaparecer. Torna-se vergonhosa e objeto de interdição”. A preocupação com o exterior, enquanto satisfação do consumo, tem gerado, na expressão do filósofo Martin Heidegger, “seres inautênticos” que buscam apenas a satisfação momentânea das necessidades do corpo. Vivemos um vazio onde o paradoxo corporal se estende aos mais incautos. De um lado, a busca pela satisfação do corpo, e de outro, um corporicídio ilimitado(2).

Não foram muitos os teólogos moralistas que escreveram sobre a morte. Bernard Häring possui poucos trabalhos, Marciano Vidal se destacou pela formulação renovada da moral fundamental e alguns temas concretos, mas não enfocou decididamente a questão da morte e do morrer. Na América Latina os escritos sobre o nosso tema foram pouco desenvolvidos. Leocir Pessini, teólogo moralista camiliano, tem desenvolvido temas relacionados com bioética e também com Pastoral da Saúde, enfocando de uma forma

ou de outra a questão da morte. Santo Afonso Maria de Ligório escreveu um texto intitulado “preparação para a morte”. O Pe. Antonio Vieira também fez vários sermões na quarta-feira de cinzas que foram organizados e publicados em um livro com o título: “A arte de morrer”. Em nosso contexto seria extremamente importante desenvolver a concepção da “morte social”, ou seja, aquela morte que se morre segundo a concepção de João Cabral de Melo Neto em seu poema “Morte e Vida Severina” e João Paulo II falou de uma “cultura da morte” que perpassa a vida de milhões de pessoas em nosso planeta.

A morte e o morrer no Brasil contemporâneo

Para compreendermos o processo da morte e do morrer buscamos dados nas estatísticas disponíveis em nosso país. As mortes violentas vêm atingindo mais intensamente os jovens e adultos na faixa de 15 a 29 anos e os moradores da região Sudeste. “Para o conjunto do País, a taxa de mortalidade nesta faixa etária é de 175 mortes por 100 mil habitantes, chegando a 224 mortes por 100 mil hab. na região Sudeste, com o Rio de Janeiro aparecendo como o estado onde a violência nessa faixa etária é a mais elevada, com taxa de 285,0 mortes por 100 mil hab., seguido por Pernambuco (273,3) e São Paulo (260,2)” (3).

Mortes violentas atingem também os idosos. Na questão relativa às mortes por causas externas, ou mortes violentas, chama a atenção à elevada incidência no grupo de pessoas de mais de 60 anos. No entanto, entre os idosos, “predominam os acidentes de trânsito, sobretudo os atropelamentos, e as quedas, como as causas externas mais frequentes, que representam 42,6% do total de mortes por causas externas nessa faixa etária. No Norte e Centro-Oeste, a taxa sobe para 56% e 48%, respectivamente. No estado de Roraima, chega a 400 óbitos por 100 mil habitantes, entre a população acima de 60 anos. Mato Grosso, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro e Rondônia também apresentam valores elevados, entre 275 e 289 mortes por 100 mil hab., quando a média nacional é de 202, 8 por 100 mil”(3).

A mortalidade infantil também é muito comum no Brasil. Apesar da redução, principalmente nas regiões onde os níveis eram mais elevados, em função dos diversos programas de assistências pré-natal e ao recém-nascido, “em 2001, a taxa estimada foi de 28,7 óbitos infantis por mil nascidos vivos (em 1990 era de 47,5 por mil). No entanto, a mortalidade de jovens e adultos por causas externas vem aumentando e se generalizando, atingindo com mais

intensidade um segmento populacional que está em plena fase produtiva e é sobrevivente de um período onde as taxas de mortalidade infantil eram extremamente elevadas” (3).

Esses dados refletem a necessidade do alto investimento do governo na área de Saúde Pública. A proporção de gastos com internações por causas externas (violentas) na rede hospitalar é quase três vezes mais alta nos grupos mais jovens, em especial de 15 a 19 anos. Enquanto “a média de gastos com internações por causas externas é de 11% do total, de 15 a 19 anos chega a 28,5% e de 20 a 29 anos, é de 25,4%. As maiores proporções ocorrem na região Norte, onde os gastos chegam a 32,0% do total, nas idades entre 15 a 19 anos de idade”(3).

Os dados sobre violência externa revelam uma grande diferença de quase oito anos entre as expectativas de vida de homens e mulheres que, em 2000, eram de 64,8 anos para os homens e 72,6 anos para as mulheres respectivamente.

Pesquisa feita em base de dados do Sistema de Informação sobre mortalidade do Ministério da Saúde (SIM) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), analisou no período de 1993 a 1999, forte elevação da violência homicida, que atingiu taxas de crescimento de 8% ao ano. Nessa fase, marcada pelo incremento da violência, destacam-se as Regiões Metropolitanas da Baixada Santista e de Campinas (Estado de São Paulo), que tiveram crescimento anual de 14,8% e 122% respectivamente, enquanto a violência na capital paulista aumentou 7,7% ao ano.

O segundo período analisado foi de 1999 a 2003, marcado pela redução da violência letal em todo o Estado de São Paulo. A partir de 1999, as taxas de homicídio (número de homicídios em relação à população) passaram a cair na ordem de 5% ao ano, o que revelou uma tendência sustentada de declínio de violência homicida, diferentemente do que foi sendo registrado em outros estados brasileiros.

Se levada em consideração à totalidade da década – a primeira metade marcada pela elevação da violência e, a segunda, pontuada pela redução dos índices – o número de homicídios aumentou 50,8% no estado de São Paulo. A Região Metropolitana de Campinas liderou o aumento (119,4%), seguida pela Região Metropolitana da Baixada Santista (104%). O aumento na Região Metropolitana de São Paulo no mesmo período foi de 38,2%.

Os jovens na faixa de 15 a 24 anos são as maiores vítimas de homicídio no Estado de São Paulo. A taxa de homicídio entre a população desta faixa etária é, em média, três vezes maior do que entre os não-jovens (zero a 14 anos e acima de 24 anos). Em 2003,

na Baixada Santista, 45,1% dos homicídios atingiram jovens; na Região Metropolitana de Campinas esse percentual foi de 41,8% e na Região Metropolitana de São Paulo, 41,5%. Os casos de homicídio são raros entre pessoas de até 13 anos, mas a partir dessa idade, o número de vítimas cresce rapidamente até atingir seu pico entre pessoas de 20 anos. A taxa de homicídio entre pessoas dessa faixa etária é de 96,5 para cada cem mil; já entre o grupo etário de 4 a 49 anos, a taxa, para cada cem mil, é de 28,5.

Na década analisada, o número de óbitos por acidentes de transporte em todo o Estado de São Paulo caiu 5,9% para o total da população. Se considerados os não jovens, o número de mortes por acidentes de transporte caiu 8,8%. Já entre os jovens, houve um aumento de 5,3%, o que reforça o fato de que os jovens são os mais atingidos pelas causas externas de mortalidade.

O suicídio caiu levemente no Estado de São Paulo no período analisado: 1,6%. Enquanto na capital caíram 17,7%, já a Região Metropolitana de São Paulo (excluída a capital) apresentou aumento significativo: 27,7%. A Região de Campinas também apresenta forte crescimento: 25%.

A cidade que mais registra homicídios (proporcionalmente à população) no Estado de São Paulo é Itapeverica da Serra, com uma taxa de 88,5 assassinatos para cada grupo de cem mil habitantes. Em seguida, vem: São Sebastião (81,8 por cem mil), Caraguatatuba (81 por cem mil) e Diadema (79,6 por cem mil) (4).

Com relação a mortes por armas de fogo, o estudo feito pelo pesquisador da UNESCO no Brasil, Júlio Jacobo, revela a ocorrência de 550 mil mortes no período de 1979 a 2003. Só em 2003, foram 39.284 vítimas, o que representou 107 mortes diariamente. A pesquisa demonstrou que, na última década, as mortes por arma de fogo registradas no Brasil superam o número de vítimas em diversos conflitos armados no mundo, como a Guerra do Golfo e a disputa entre Israel e Palestina (4).

O Brasil registra a segunda maior taxa de mortes causadas por armas de fogo entre 57 países pesquisados pela UNESCO, ficando atrás apenas da Venezuela. São 21 pessoas mortas por armas de fogo em cada grupo de 100 mil habitantes. Os homicídios são a principal causa de óbitos, no Brasil a taxa é de 19,54 por 100 mil, habitantes (4). O país é um dos líderes mundiais no uso de armas de fogo e um dos países onde mais se mata. Segundo o “Mapa da Violência”, feito com base em dados do governo federal, em 62,7% dos assassinatos no país há o uso de armas de fogo, 18,7 mortes por cem mil habitantes. Em 2000, as armas de fogo foram à

causa de 74,2% dos homicídios de jovens. Quase 20 mil jovens são assassinados anualmente no Brasil (5).

Na última década as mortes por armas de fogo registradas no Brasil superam o número de vítimas de 23 conflitos armados no mundo, perdendo apenas para as Guerras Civis de Angola e da Guatemala. Nesse período morreram no Brasil 325.551 pessoas, em média 32 mortes por ano. Entre 1979 e 2003, as armas de fogo mataram 550 mil pessoas, ou seja, 35 mil vítimas por ano ou 100 pessoas por dia. Os jovens, entre 15 e 24 anos, são as principais vítimas de armas de fogo: do total de vítimas, 206 mil eram jovens nessa faixa etária. Só no ano de 2003, 41,6 % dos casos registrados eram jovens.

Entre 1979 e 2003 o número de vítimas de armas de fogo cresceu 461,8%, enquanto a população do país cresceu apenas 51,8%. O crescimento foi puxado pelos homicídios com armas de fogo, que registraram um crescimento de 542% no referido período. Os suicídios subiram 75% e as mortes por acidentes com armas caíram 16,1%. Das 550 mil mortes, 205.722, ou seja, 44,1%, foram de jovens na faixa de 15 a 24 anos, considerando que os jovens representam 20% da população total, conclui-se que, proporcionalmente, morrem mais de o dobro de jovens vítimas de armas de fogo do que nas outras faixas etárias.

Para o conjunto da população brasileira as principais causas de morte são as doenças do coração, seguidas as cerebrovasculares e, em terceiro lugar, as provocadas por armas de fogo. Entre os jovens, contudo, as armas de fogo são a principal causa de mortalidade, numa proporção bem maior que a segunda maior causa de mortalidade juvenil, representada pelas mortes por acidentes de transporte.

Em uma comparação com a mortalidade em 25 conflitos armados no mundo, o Brasil apresenta a maior média de mortos por ano. Em números absolutos o Brasil fica atrás apenas da guerra civil de Angola, que teria causado a perda de 550.000 vidas, e da Guerra Civil da Guatemala que, entre 1970 e 1994, provocou 400.000 vítimas. O Brasil apresenta números e médias de mortes ao ano mais elevados que conflitos armados como a Guerra do Golfo, a primeira e a segunda Intifadas, a disputa entre Israel e Palestina e os conflitos da Irlanda do Norte.

Em 2003, 11.276 pessoas, entre elas, 606 jovens, morreram vítimas da Aids. Essa epidemia ocupa a 11ª posição entre as causas de mortalidade da população total e a 6ª, entre a população de 15 a 24 anos (6).

Um estudo conjunto da Secretaria de Estado da Justiça e da PUC de São Paulo analisou 545 mortes violentas entre 1998 e 2003, as conclusões são as seguintes: Na maioria dos casos, criminosos e vítimas moram na mesma rua e, muitas vezes, na mesma casa; 9% das vítimas morreram em casa; 7,4%, em bares; 90,8% são homens e 9,2% mulheres; 35,3% são brancos e 13,8%, negros. Foram ouvidos familiares de 391 vítimas: 59,3% se disseram insatisfeitos com as investigações das mortes. Os processos foram arquivados, os assassinos não foram encontrados ou foram mortos antes do julgamento (7).

De acordo com o IBGE a taxa de homicídios mais que dobrou ao longo dos últimos 20 anos, tendo chegado à absurda cifra anual de 27 por 100 mil habitantes; entre homens jovens (de 15 a 24 anos), o índice sobe a incríveis 95,6 por 100 mil. Esses números colocam o Brasil entre os campeões mundiais de homicídios. O primeiro lugar é ocupado pela Colômbia, com 60,8 por 100 mil. Em segundo esta a Rússia, com 28,4, taxa bastante próxima à brasileira. Para tornar a situação do país ainda mais vexatória, vale lembrar que vários países da Europa Ocidental e o Japão apresentam índices inferiores a 1 por 100 mil (8).

O “Mapa da violência 4”, estudo divulgado pela Unesco, mostra que a taxa de homicídios entre negros no Brasil é muito superior à de brancos, aumentando ainda mais entre os jovens de 15 a 24 anos. Nesse último caso chega a ser 74% maior. A taxa de homicídios entre jovens brancos ficou em 39,3 mortes por 100 mil em 2002. Entre negros, o índice sobe para 68,4. Na população geral (sem divisão por faixa etária), a taxa foi de 20,6 mortes por 100 mil, entre brancos, e de 34, entre negros (9).

Pesquisa da Unesco mostra que há um número crescente de casos relacionados à violência fora das capitais e das regiões metropolitanas. Dos 49.640 assassinatos registrados em 2002 no país, 18.986 (38,24%) foram em cidades do interior. Em 1999, esse índice era de 35,12%. Segundo Jacobo Waiselfisz, autor da pesquisa, essa interiorização tem, principalmente, duas explicações: expansão da economia em municípios fora da região metropolitana e concentração de investimentos públicos voltados à segurança nas capitais (10).

Nos últimos dez anos foram assassinadas no Brasil 300 mil pessoas sendo 85% das vítimas, ou seja, 255 mil pessoas, atingidas por armas de fogo de pequeno porte. Em 50% dos casos, as pessoas se conheciam e, na metade das ocorrências, o autor do disparo não tinha nenhum antecedente criminal (11).

Marcio Thomaz Bastos, atual Ministro da Justiça (12), apresenta uma visão positiva do atual trabalho de desarmamento. Para ele, o rígido controle de armas de fogo no Brasil é uma necessidade para enfrentar o problema da violência. A campanha de recolhimento de armas foi altamente positiva. Até o dia 12/09/2005 foram recolhidas 451.542 armas e, os organizadores viram ultrapassar as 500 mil até o prazo final que foi dia 23 de outubro de 2005.

Segundo o texto publicado pelo ministro da Justiça, “em 1992, ocorreram no Brasil 16.729 mortes por armas de fogo. Esse número cresceu a cada ano e, em 1998, o país já registrava 30.211 mortes por armas de fogo. Em 2003, houve 39.325 mortos por arma de fogo. Os sucessivos governos e a população assistiram atônitos a esse fenômeno, sem conseguir combatê-lo”.

Mas, de acordo com dados recentemente divulgados pelo Ministério da Saúde esse número caiu pela primeira vez em 13 anos para 36.119 homicídios no ano passado. O número ainda é alto, mas se trata de uma incontestada vitória da sociedade brasileira.

Uma pesquisa recentemente divulgada pela Unesco revelou ainda que, caso o Estatuto do Desarmamento não tivesse entrado em vigor e a campanha de recolhimento de armas não tivesse ocorrido, pelo crescimento médio do número de homicídios no Brasil, teríamos tido 41.682 mortes em 2004. Isso significa dizer que 5.563 vidas foram poupadas no ano passado.

Com relação à morte por acidentes de trânsito, a Secretaria do Estado da Saúde divulgou dados que mostram que o consumo abusivo de bebidas alcoólicas está relacionado a 42,7% das mortes no trânsito na cidade de São Paulo. De 454 laudos necrópsicos de pessoas que foram vítimas em acidentes automobilísticos, no segundo semestre do ano passado, 194 apresentaram concentração alcoólica sanguínea superior a 0,6 g/l – o limite legal no Brasil. Levantamento de 2003, realizado pelo Hospital das Clínicas e pelo Instituto Médico Legal (IML), havia chegado à cifra de 48,9%.

Segundo o editorial do jornal *Folha de S. Paulo* (1º de setembro de 2005) seria temerário extrapolar os números registrados em São Paulo para outras regiões do país, mas é estarrecedor até mesmo imaginar que algo como a metade das 30 mil mortes anuais produzidas nas nossas ruas e estradas sejam fruto da irresponsabilidade de alguns maus cidadãos. Não existe país no mundo em que bebidas alcoólicas sejam permitidas que não disponha de normas que proíbam pessoas embriagadas de conduzir veículos e operar máquinas. O Brasil não é exceção. Trata-se, afinal, da mais elementar medida de bom senso. Diferentemente do

que ocorre nos países mais desenvolvidos, porém, a lei por aqui não costuma ser implementada. Motoristas se fartam de dirigir bêbados e não são punidos.

Para o editorialista “A única forma de mudar essa macabra realidade é começar a aplicar seriamente a lei. Em dias, horários e locais estratégicos, a polícia deveria organizar batidas para verificar especificamente a alcoolemia de motoristas. Aqueles que forem apanhados dirigindo alcoolizados devem sofrer os rigores da lei, que prevê detenção de seis meses a três anos, multa e suspensão temporária ou definitiva da habilitação para dirigir. Combater a impunidade é a única forma de fazer com que a lei seja de fato cumprida” (13).

O mesmo jornal, em matéria no dia 29 de dezembro de 2005, informa que as vítimas mais freqüentes do trânsito paulistano são os pedestres, que responderam por 52% das 714 mortes no primeiro semestre de 2005. Em segundo lugar, com 20% dos óbitos, vêm os motociclistas e, em terceiro, com 19% condutores ou passageiros de veículos. Ciclistas, que representam 6% das fatalidades, ocupam a quarta posição. Estes dados foram revelados pela Companhia de Engenharia do Tráfego (CET), e segundo o jornal, são preocupantes.

Estes dados revelam que o povo brasileiro convive com a realidade da morte e do morrer. O seu cotidiano está marcado pela tristeza e dor de vidas que são ceifadas antes do tempo. Morre-se no Brasil, não de morte natural, mas de uma violência construída pela realidade social. Aquela violência que corta antes do tempo vidas que poderiam prosperar de muitas formas. Por isso, podemos falar de uma “morte social”, mais do que uma “morte natural”. Morte social em todos os sentidos, pois atinge um grande número de pessoas de diversas idades, lugares e condições sociais. Atualmente não se morre de morte natural. Pelas estatísticas observamos que, ou se morre nas UTIs e enfermarias, ou nos bares, casas, esquinas, estradas. Leocir Pessini, estudando as transformações da morte e do morrer, nos mostra os deslocamentos do lugar da morte. Da casa para a UTI e talvez hoje mais do que nas UTIs morre-se de qualquer jeito e em qualquer lugar.

Morte sentida: o processo de luto

Assim é o luto: solitário, triste, difícil e lento. Seu desenvolvimento dependerá de muitos fatores como, por exemplo, a religião, a idade (tanto de quem sofre, quanto daquele que se foi), da forma com que se deu a morte, do apoio de outros e de quanto

estamos preparados para enfrentar a situação. A lamentação também varia de acordo com as condições em que aconteceu a morte.

No caso de doenças fatais, o maior desconforto ocorre no momento do diagnóstico. É a partir daí que a pessoa começa a se preparar para viver sem a pessoa amada, como uma espécie de luto antecipado: encarar os fatos, mudar os planos, assimilar a idéia de perda, sem, contudo, se esquecer que enquanto há vida, há esperança... E, lutar por essa vida, por vezes, traz consigo a própria negação da morte. Aqui a saudade antecipada faz com que nos atentamos a pequenos detalhes do cotidiano, como oferecer mais carinho, mais conforto, conversar mais, dar mais atenção... Nos ajuda a rever valores, rever como e com o que gastamos nosso tempo e com o que nos preocupamos.

Em casos em que a morte não era esperada, como acidentes de trânsito, o cenário é outro. A incredulidade e a negação são muito fortes num primeiro momento. O que estava distante, o que jamais aconteceria na sua família, agora, torna-se o presente. A sensação é de completa impotência diante da realidade, pois você não pôde, de forma alguma, ajudar, socorrer. Aqui se pensa com mais ardor em como poderia ter evitado, de quem é a culpa e porquê está acontecendo. Os casos tomam conta da mente. Não houve tempo para conversar, para dizer que ama, para se despedir. Aqui a interrupção da comunicação, é mais marcante: deveria ter dito algo, poderia ter visitado mais e, sobretudo, deveria ter demonstrado mais o que sente.

Mas também, pode ser sentida a perda de alguém que não conhecemos, como, por exemplo, um aborto ou natimorto. Toda a família se prepara para receber a criança: arrumação do quarto, as roupinhas, as letras com o nome do bebê na parede, a empolgação trazida pela nova vida, os projetos para o futuro. E, de repente, como se o mundo caísse sobre sua cabeça, à mãe tem que voltar para casa sem o bebê nos braços. Frustram-se os planos, resta, como sempre, a esperança. Esse tipo de perda também pode trazer conseqüências gravosas para o relacionamento entre os pais: o casamento pode sofrer um forte impacto dependendo da maneira com que cada qual enfrentará sua dor.

Quanto a isso, independente do tipo de perda, é necessário compreender os aspectos individuais do sofrimento e manifestação da dor.

Contudo, observa-se uma certa constante na forma com que enfrentamos a perda. É esse conjunto de emoções que expressa o luto. A tanatogênese divide os aspectos psicológicos da perda em

fases, de acordo com que os sentimentos e comportamentos observados.

A primeira fase, tendo sido a perda esperada ou não, é o choque, seguido da negação e descrença. Nesse momento, o impacto com o inesperado distancia da realidade: o que está acontecendo não é verdade, é um terrível pesadelo e quando amanhecer tudo voltará ao normal. A dor é tão intensa que não se aceita a morte como realidade. Essa incredulidade também pode aparecer em outras fases do luto. Não há como perquirir qual é seu tempo de duração.

Por vezes, o velório e o enterro podem ser situações nas quais a realidade começa a ser encarada. Ver o corpo da pessoa falecida, para alguns, pode ser um modo importante para superar toda angústia e negação dessa fase. Outras pessoas, contudo, preferem imortalizar a imagem da pessoa em vida, lembrando-se apenas de um sorriso ou qualquer outra representação de alegria.

Na segunda fase, marcada pelo intenso sofrimento, também surge uma grande agitação e ansiedade prosseguida de muita tristeza, depressão e silêncio. Todo esse complexo de sentimentos se manifestará de duas maneiras: a revolta e o desespero.

A revolta ou protesto acontece quando se busca um culpado para o ocorrido. Culpa-se, num primeiro momento, o motorista do caminhão, o médico, o outro. Sente-se raiva de todos, inclusive daqueles que tentam confortar: nenhuma palavra fará a morte ser diferente da morte. O questionamento das crenças religiosas não é raro.

Às vezes, quando sabemos que aquele que se foi estava sofrendo em vida, sentimos um certo alívio e isso faz com que a culpa recaia sobre esse próprio sentimento de desafogo. Também sentimos raiva daquele que se foi. O culpamos por nos ter deixado. Noutras vezes nos culpamos por ter deixado a pessoa amada sair de casa naquele dia, por ter dado a chave do carro, por deixá-la sozinha em casa... Enfim, são inúmeras as hipóteses sobre o que deveríamos ter feito ou falado e não fizemos; nos sentimos culpados pelas vezes em que falhamos, pelas vezes em que brigamos... Às vezes a idealização da pessoa amada surge como tentativa de reparação dessa culpa.

Durante os momentos de desespero, no entanto, o cenário muda novamente. A tristeza profunda causada pela desorganização da vida cotidiana diante da ausência do ente querido, faz com que o enlutado sinta-se desmotivado em relação à vida. Algumas mães, por exemplo, continuam lavando as roupas de seu filho morto. Não se aceita que mexam nos objetos que pertenciam à pessoa nem os

mudem de lugar, pois aquilo mantém acesa a esperança de que o filho vai retornar e encontrar tudo como havia deixado.

Nega-se a morte e surge uma necessidade urgente de encontrar a pessoa. A procura é intensa. É comum escutar passos, ver a pessoa, percebê-la próxima. São alucinações. São rostos parecidos na rua. A procura, às vezes, é consciente, como freqüentar lugares onde a pessoa costumava ir. O sono é perturbado e os sonhos são confusos. Tudo é válido na tentativa de nos convencer de que eles ainda estão entre nós. Um sonho, por exemplo, pode trazer conforto, como aumentar a angústia, mas parecem tão reais que suprem um pouco da saudade que sentimos.

São constantes as crises de choro, a confusão mental, as reações psicossomáticas. Pessoas, lugares, acontecimentos, datas importantes podem aumentar toda essa tristeza.

A terceira fase é marcada pela recuperação e o re-investimento na vida. A lamentação, bem como qualquer outro processo, tem um fim. Não significa esquecer da pessoa que se foi, mas aprender a conviver com sua ausência. Adaptar-se.

O enlutado começa a se ajustar ao ambiente e à rotina sem aquela pessoa. Modificam-se comportamentos, hábitos, expectativas. Finalmente, aceita-se a morte e criam-se novos projetos de vida. Pouco a pouco, a pessoa volta a entrar no mundo. Ainda aqui não cessa o choro; mas suportamos as lágrimas. A pessoa fica eternizada nas lembranças, objetos e histórias. As datas especiais como aniversário, natal e outras são sempre difíceis, mas já se admite qualquer comemoração.

Não existe um tempo de duração para esse processo. Cada enlutado tem suas individualidades como religião, família, amigos e tem seu próprio tempo para elaborar a perda. Cada um tem sua forma pessoal de lidar com a morte.

Entretanto, algumas pessoas parecem não conseguir superar a situação, fazendo a dor e a angústia se prolongar no tempo. A forte depressão mantém a pessoa em estado de descrença e negação. Para casos assim, é necessário buscar ajuda profissional a fim de fazer com que a pessoa entenda e volte à vida.

O luto é necessário, pois, é um meio de aliviar a dor.

O tempo da morte

A vida é um paradoxo. Nascemos da morte, vivemos para a morte. Convivemos com as flechas de Eros e de Tanatos.

Afirma a sabedoria popular que “nem a morte nem o sol podem ser olhadas de frente”. William Dumbar, poeta escocês

(1460-1520), desabafa, escrevendo que a idéia da morte o deixa morto de medo. Entre nós, Carlos Drummond de Andrade escreveu que provisoriamente “(...) cantaremos o medo da morte e o medo de depois da morte, depois morreremos de medo e sobre nossos túmulos nascerão flores amarelas e medrosas”. Teme-se a morte como algo desconhecido, pois quebra a normalidade da vida social.

É exatamente esse medo que desperta discussões religiosas nos diversos ramos da ciência e, também, no âmbito da cultura popular. A morte é explicada pelos vivos e isso é tão evidente que mesmo o pernóstico conselheiro Acácio (personagem do livro *O Primo Basílio*, de Eça de Queiroz) teria o pudor de dizer. Justamente aí residem as controvérsias. A incessante busca pela verdade faz com que aumentem as dúvidas e as dificuldades acerca desse tema tão controverso. Há até mesmo quem negue o uso da palavra morte, afirmando-se que há apenas *a vida* e o *fim da vida*. Certo é que, com relação a esse tema, podemos ter idéias definidas, mas nunca definitivas.

Em relação a este último, João Cabral de Melo Neto, em *Morte e Vida Severina*, retrata de forma sensível como a morte é uma constante na vida do ser humano. Convive-se com a idéia de que se vai morrer e, a partir dessa experiência, interpreta-se a vida. É a inseparabilidade da relação vida/morte que faz com que muitos filósofos acreditem que isso determina o modo de ser do indivíduo. Para Heidegger, por exemplo, essa relação necessária é a origem da angústia humana. Já no filme *As Horas*, este tema se apresenta com bastante peculiaridade, deixando a seguinte mensagem: a vida nos é apresentada para ser amada e curtida com intensidade, depois pode ser descartada. Esse “dever ser” remete à questão de suicídio, mostrando a morte como forma de escapar das angústias que a vida oferece.

Ainda dentro do aspecto social, no campo da política pode-se dizer que a morte é neutra: não tem força alguma. No entanto, é inegável que ela afeta sensivelmente as relações de poder. Por exemplo: uma morte inesperada é capaz de mudar completamente o quadro político de uma nação, transformando o bom em ruim e vice-versa, como foi o caso do suicídio do Presidente Vargas: ele era considerado corrupto e vencido, esperava-se apenas o momento para depô-lo da Presidência da República, até o momento de sua morte, que provocou grande comoção popular fortalecendo suas idéias, recuperando sua honra e maculando seus inimigos.

Sob essa ótica, a apropriação política da morte pode ser facilmente utilizada como mecanismo de dominação: a idéia do mártir que se sacrifica pela pátria impõe-se à sociedade. Por isso,

faz-se necessário analisar como a morte é vista pela própria sociedade e as conseqüências para a própria organização social. Notemos, como exemplo, que no começo da história humana a morte não escandalizava. As condições de saúde, higiene, etc. faziam surgir milhares de “anjinhos” – a mortalidade infantil era tão alta que os pequenos defuntos foram um incômodo cotidiano.

É possível observar o pouco valor que se dava à morte de uma criança na Idade Média e à morte de milhares de crianças subnutridas ou assassinadas anualmente. Quanto às mulheres, por serem consideradas servas dos homens, também não tinham suas mortes “sentidas”. Em algumas sociedades, inclusive, se o marido falecesse antes da esposa, ela deveria permanecer sob seu túmulo até que morresse de fome ou qualquer outra causa para que se purificasse, cumprindo, assim, de forma plena, o seu papel social, sob pena de ser considerada pecadora e expulsa do convívio comum. Lamentavam-se, sim, os homens válidos, que guerreavam, caçavam, trabalhavam. A propósito disso, tem-se que a indiferença pela morte de crianças, velhos, mulheres e pessoas de baixa classe social tem origem nas antigas providências que se tomavam para que os fracos não fossem um peso na sociedade.

Pode-se afirmar claramente que a morte de um ídolo assume a característica tão passional que afeta milhões de pessoas de todas as classes sociais. Às vezes, essas mortes são mais “sentidas” do que as mortes de pessoas mais próximas. A morte do ídolo Ayrton Senna (1994) traumatizou mais que a de milhares de crianças que morrem de fome. O mesmo aconteceu com a morte violenta da atriz Daniela Perez (1992), filha da autora Glória Perez; os trágicos acidentes dos integrantes do grupo musical “Mamonas Assassinas” (1996) e da Princesa de Gales Lady Diana (1997), entre outros. Há ídolos cuja morte continua sendo explorada para despertar sentimentos e compulsão consumidora por longo tempo, como o ex-integrante do conjunto britânico *The Beatles*, Jonh Lennon (1980). Por outro lado, a morte dos anônimos (desprovidos de valor artístico) somente causa impacto quando serve de tema para a mídia e, mesmo assim, há graduações no tratamento que a mídia dá aos anônimos.

Contudo, verifica-se que o ídolo encontra-se acima da morte. Sua ausência é sentida de maneira tão intensa porque, quando ele morre, também falecem o sonho e a esperança, fazendo com que aumente a frustração. Faz-se da morte de um ídolo um misterioso espetáculo: as pessoas podem ir à histeria coletivamente!

Já o luto pessoal, o pranto descontrolado e o desespero particular sentido pela perda de um ente querido foram abandonados em nome da sobriedade de comportamento. Perdeu-se o direito de sofrer, em público, a dor pessoal. Em alguns países, o mercado funerário recomenda a contratação de uma espécie de “mestre de cerimônia” que cuidará de todo o procedimento do funeral, ensinando, inclusive, como as pessoas devem comportar-se durante o velório e o enterro. Em nome da etiqueta, as lágrimas devem correr discretamente, por trás dos óculos escuros.

Pois é, morremos todos da mesma “morte Severina”, mas as conseqüências dessas mortes, no âmbito social diferem de acordo com a cultura, religião e classe social. E assim se faz o histórico desse fenômeno tão natural: faraós, escravos, heróis e indigentes... Das pirâmides às covas de areia, dos túmulos monumentos às valas comuns.

Os “anjinhos” que morrem de fome, as vítimas de acidentes fatais e vítimas de homicídio são relevantes porque demonstram a fragilidade de uma sociedade na qual a banalização da morte toma o lugar do Direito à Vida, valor supremo. Sabemos que no sul do Brasil há maior expectativa de vida em relação às milhares de crianças nordestinas que morrem de desnutrição antes de completarem cinco anos. Enquanto isso, outras crianças nem conseguem nascer: a fome das mães provoca o aborto, tão natural que, por vezes, nem é percebido, pensa-se ser menstruação.

Se todas as crianças que morrem de fome sobrevivessem, o Brasil teria que se defrontar com cinco vezes mais miséria. A UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) informa que na América morrem anualmente 600 mil crianças de desnutrição e de outras “causas inevitáveis”. Isso significa que são 50 mil mortes por mês, 1664 mortes por dia, 69 por hora. A morte, nesse sentido, é forma de controle demográfico dos *pobres* (fome, doenças, miséria). Os dados estatísticos, de organizações governamentais ou não, deixaram de causar impacto aos leitores de jornais. A morte coletiva reservada aos pobres é separada da morte individual.

A realidade da aventura humana nesta terra aponta que o processo do nascer/morrer está intrinsecamente vinculado a nossa existência. Não é possível existir sem enfrentar este fato inquestionável: somos uma vida em trânsito. Faz parte da nossa existência a compreensão do amplo processo vida/morte que marca nossos passos e direciona nossa mente. A consciência deste fato no tempo histórico em que se realiza nos torna mais sóbrios e próximos do mistério da vida humana. O tempo da morte não para!

Teologia Moral e “cultura da morte”

Para Bernard Häring, a vida humana, como Dom sublime de Deus, é sagrada. A pessoa humana é chamada a se realizar como imagem e semelhança de Deus. A vida é um princípio perene em toda a teologia católica. Assim diz: “A vida humana não é apenas a criação mais maravilhosa da palavra de Deus. Sua dignidade aparece, sobretudo, na palavra de Deus que se fez carne, tomando um corpo vivo” (14). Muitos outros teólogos moralistas são os primeiros a defender a vida contra toda e qualquer forma de dominação contra o ser humano. A vida enseja um mundo de possibilidades, nela se manifesta o dom do Criador de forma especial. A educação para vida é uma tarefa que desafia os teólogos em seu labor prático de orientar pessoas, grupos, povos e nações. Tarefa nada fácil, pois a indiferença ganha destaque em nossa sociedade e as mil formas de consumismo que predominam em nossas mentes e ações.

O Papa João Paulo II, em sua encíclica, adverte para o clima cultural que reina contra a vida. Segundo seu pensamento, são muitas as formas de destruição do ser humano, sobretudo dos mais inocentes. A sociedade atual promove uma “cultura da morte” que chega a penetrar no seio da sociedade de uma forma sutil e, às vezes, violenta. O desprezo à vida e às suas manifestações têm sido claro nos últimos tempos. Além da morte produzida pela cultura da violência, que ceifa milhares de vida, existem as mortes produzidas pela arrogância do ser humano que prefere abandonar os pobres, indefesos à sua própria sorte. A própria ciência, em sua ânsia de buscar o conhecimento, está se tornando profundamente distante do ser humano em sua qualidade ontológica.

Para João Paulo II, existe inclusive uma “difusa incerteza moral” que tende a diminuir a responsabilidade do indivíduo. Afirma ainda o Papa que existe “uma verdadeira e própria estrutura de pecado, caracterizada pela imposição de uma cultura anti-solidária, que em muitos casos se configura como uma verdadeira ‘cultura da morte’” (15). Para João Paulo II, esta “cultura da morte” é promovida por “fortes correntes culturais, econômicas e políticas, portadoras de uma concepção eficientista da sociedade” (15).

A Teologia Moral tem como centro de sua reflexão a vida humana em suas múltiplas manifestações. Em torno deste valor primordial são construídos os alicerces para uma reflexão séria, comprometida com a realidade nacional. Sempre em defesa da vida e sua dignidade, teólogos moralistas têm polemizado com cientistas, políticos, empresários e tantos outros, quando estes

desrespeitam o valor sagrado da vida humana. Afirma o Prof. Luiz José Gonzáles Álvarez:

Numa perspectiva axiológica, a vida se nos apresenta como o valor fundamental. E isto, pela simples razão de que somos seres vivos e a vida é a expressão real de nossa existência. No instinto de sobrevivência, impresso na natureza de todo ser vivo, encontramos a razão última teológica de todas as suas operações (16).

Na verdade todas as manifestações do ser humano como o amor, o bem-estar, a sabedoria, a liberdade e entre outras, estão diretamente relacionadas com a vontade de viver. A vida torna-se a grande paixão que movimenta o coração de todos. A vida adquire um valor supremo dentro da nossa cultura. Para a Teologia Moral, este valor deve permear a conduta das pessoas em sua ânsia de construir relações sempre mais fraternas. Por isso, parodiando o professor Alvarez, podemos afirmar que, “a vida entendida como um valor compreende não só a pluralidade de expressões que ganha o vasto mundo dos seres vivos, mas também e especialmente, a pluralidade de dimensões e de horizonte ilimitado de possibilidades que ela desenvolve no ser humano” (16).

O processo de morte-morrer, considerado “natural” até meados do século XX, se tornou em nossa sociedade muito mais complexo. Todos morrem, mas a duração da vida e, às modalidades do fim dependem das classes sociais a que pertencem os mortos. A chamada “morte social” está presente no cenário das contradições das sociedades subdesenvolvidas. O conceito de “morte social” engloba desde a pouca atenção aos doentes pobres, bem como às mil formas de mortes violentas. Se, no século XIV, as pessoas conviviam diariamente com a morte, através de pestes, guerras e mortes iminentes, na sociedade contemporânea, perde-se cada vez mais o contato com o doente. Apesar dos avanços da sociedade, a morte é cada vez mais temida. As pessoas se desesperam, choram, lamentam. Não estão preparadas para enfrentar esta verdade da existência (1). A morte está em nós como produto de um processo vital e existencial que não tem volta.

A Teologia Moral, enquanto destinada a “mostrar a excelência da vocação dos fiéis em Cristo e sua obrigação de produzir frutos de caridade para a vida do mundo” (Concílio Vaticano II, OT 16), está diretamente vinculada às preocupações temáticas que circundam o existir humano. As questões morais não se concentram somente no momento da morte, porém em todo o viver como existência global. A vida deve ser vivida em plenitude e

todo o tempo. Esta deve ser a meta, o ideal do cristão. A Teologia Moral deve contribuir, inclusive, com o processo de morrer, ou seja, com o discernimento sapiencial da vontade de morrer. A inteligência moral deve contribuir para que a pessoa humana amadureça sua dinâmica dialética no processo vida-morte.

O contexto contemporâneo do fim da vida na cultura ocidental revela que não se morre mais como antes, pois os progressos na área médica transformaram a arte de morrer. As causas das mortes possuem grandes variações. Nota-se cada vez mais a presença dos idosos. Antes a família acompanhava o doente no fim da vida. Hoje, a família se retira para que o doente seja atendido pelos profissionais da saúde. A morte, então, é definida como um fenômeno técnico. Nos países ricos a vida é prolongada, pois os recursos técnicos são muitos. Também está assegurada, pela sociedade, a infraestrutura que garante a vida (casa, comida, educação, serviços de saúde). Mas nos países pobres, do “Terceiro Mundo”, a morte muitas vezes acontece no início da vida. As altas taxas de mortalidade infantil e as doenças endêmicas são a prova desta realidade. As contradições sociais são enormes no tocante ao atendimento médico e as condições de saúde. Muitas vezes, tentamos justificar os constantes atropelos de que é vítima a vida de muitas pessoas. O prof. Gonzáles Álvarez afirma:

(...) a utilidade dos ricos justifica a miséria e a morte dos pobres; a segurança dos poderosos justifica a insegurança dos débeis; a espiritualidade do eclesiástico justifica a não participação nas reivindicações sociais do povo; as ‘boas relações internacionais’ justificam a deterioração das condições de vida do Terceiro Mundo; o desenvolvimento econômico das nações justifica a fome das massas marginalizadas; a segurança do Estado e das ‘instituições democráticas’ justifica o desperdício dos fundos públicos em armamento que destrói a vida... (16).

A Teologia Moral precisa buscar outra compreensão. É preciso buscar a categoria de alteridade (alter-outro) para levar uma luz para os povos. A preocupação com o outro deve ser uma condição para uma ética social consistente em nosso tempo. Ser sinal de presença eficaz no meio dos pobres, acompanhando sua dor, conhecendo sua realidade, despertando o amor de Deus nestes pequeninos, transforma-se numa necessidade para a vida cristã. O dicionário de Teologia Moral afirma que:

(...) o *ethos* do homem contemporâneo com relação a morte está construído em torno de dois pontos: seu controle e a supressão da dor; incluindo a dor moral de se dar conta de que está morrendo. Esta antropologia eliminou duas dimensões muito valorizadas no passado no âmbito cristão: a morte como *pathos* (passividade de valor positivo, como ocasião do crescimento humano supremo); a dor como provação, que adquire significado através da simbolização (cruz) e a ética (aceitação). Os exageros destas posições, que podem ser identificadas no providencialismo e no dolorismo, iam sendo corrigidas, embora sem eliminar os valores subjacentes. Propor de novo estes valores se apresenta como a tarefa profética da ética cristã do morrer adaptada ao nosso tempo” (17).

A compreensão da vida a partir do conceito de Alteridade deve orientar nossos trabalhos sociais e pastorais. A preocupação com a vida e o seu processo de morte precisa entrar dentro do coração da nossa elaboração teórica. A Teologia Moral na pós-modernidade não pode desmerecer os novos paradigmas que vão surgindo a partir do nosso compromisso social. O Prof. Sérgio da Rocha, falando sobre os cenários da Pós-modernidade apresenta as seguintes coordenadas para nossa reflexão: 1) a prática de Jesus como fonte inspiradora e ensinamento magisterial da Igreja; 2) a centralidade da vida e da caridade, da qual decorrem os valores da justiça da solidariedade e da gratuidade em contraposição à injustiça, ao individualismo e às relações de mercado; 3) uma visão antropológica unitária, embora pluridimensional, superando dualismos e reducionismos; 4) a multiplicidade de rostos sofredores concretos dos seres humanos na América Latina, favorecendo uma teologia sem exclusões; 5) o relacionamento dialético pessoa-sociedade, possibilitando uma adequada compreensão e uma eficaz realização do homem novo e da nova sociedade; 6) a perspectiva da alteridade, superando a ótica moderna da “mesmidade” e o particularismo pós-moderno; 7) e enfim, o resgate do caráter utópico-transformador da ética para a pessoa-comunidade-sociedade, conseqüência das coordenadas anteriores (18).

Todos estes elementos, de uma forma ou de outra, apontam caminhos para a nossa pesquisa. São elementos que indicam para o futuro da Teologia Moral, preocupada com sua inserção na sociedade atual. Sobretudo, os conceitos de alteridade, a centralidade da vida e a caridade estão no horizonte de nossos trabalhos. Pois a morte-vida perpassa de uma forma transdisciplinar todos estes conceitos.

A reflexão sobre a morte nos remete a reflexão sobre a nossa corporeidade. Nosso corpo é frágil, a natureza é limitada e seus efeitos sobre a vida humana são trágicos. Estamos constantemente presenciando mortes por causa de um tornado que passa, por ações terroristas, raios que caem, enchentes, deslizamentos de terra causados pela chuva. São tantos os acidentes naturais ou não que ultimamente tem deixado atônitos os habitantes deste pequeno planeta.

As novas tecnologias têm conseguido enormes sucessos em suas pesquisas. Entretanto, a morte tem sido realizada em lugares frios, distante dos parentes e dos amigos. Discute-se muito as vantagens e desvantagens desses avanços sofisticados. O professor Batista de Lima escrevendo para o Jornal *Diário do Nordeste*, afirma que “a sociedade industrial e de consumo, no entanto, não admite a explicitação da morte. A atmosfera que envolve a morte é pura clandestinidade e discrição. Um dos locais mais secretos da vida moderna é a UTI dos hospitais, exatamente onde mais se morre” (19).

Para Leonardo Boff o homem é um ser de pulsões e relações. Tecemos o nosso dia-a-dia a partir das limitações do nosso corpo no mundo. Construimos a nossa história entre desejos e realidades. O dinamismo humano nos projeta para a esperança. Somos seres que buscamos o novo, em novidade constante. Afirma o teólogo: “o homem é projeção e tendência para um sempre mais, para a surpresa que está fora de sua pré-visão, para um incógnito, para o *Novum*, para o Ainda-não” (20). Estamos a caminho! O processo da vida enquanto nascer e morrer se faz realizando no cotidiano uma existência indefinida, própria de uma história que se desenrola sem o controle total da mente humana. Só temos a certeza da morte, o resto é pura dádiva, é construção cotidiana tecida de mil maneiras, pois a vida em si mesma é puro “vapor”, como afirma Santo Afonso de Ligório (21).

Conclusão

O grande pregador português Pe. Antonio Vieira afirma que existem duas coisas que a Igreja nos ensina. A primeira é que nós somos pó e a segunda é que em pó haveremos de nos converter. Para ele, “o pó futuro, o pó em que nos havemos de converter, vêem-nos os olhos: o pó presente, o pó que somos, nem os olhos o vêem, nem o entendimento o alcança” (22).

Neste sentido, a morte enseja um mistério, mas também se revela como nossa maior amiga. Sempre está rondando nossas

casas, batendo em nossas portas. Ela está sempre por perto. O poeta João Cabral de Melo Neto afirma que somos todos “Severinos” iguais em tudo na vida; morremos da mesma “morte Severina”. Para ele é a morte que se morre, de velhice antes dos trinta, de emboscada antes dos vinte, de fome um pouco por dia. Afirma ainda que a “morte Severina” mata de fraqueza ou de doença, ataca em qualquer idade e até gente não nascida.

Leocir Pessini, escrevendo sobre eutanásia, afirma que na “América Latina deparamo-nos com a morte infeliz de milhões de seres humanos condenados “antes do tempo”. Trata-se da morte social de milhões para além do hospital. A morte infeliz, verdadeira “mistanasia” (mis = infeliz; thanatos = morte) no mundo dos pobres questiona o morrer docemente amparado de alguns privilegiado somente” (1). Estas “vidas abreviadas” apresentadas pelas estatísticas no início deste texto questionam a epistemologia da teologia moral. A morte e o morrer em nosso contexto não é um problema somente de ricos, mas especialmente dos pobres que vivem as penúrias da vida sem as condições sócio-econômicas para uma vida digna. Entretanto, apesar destas dificuldades, as pessoas precisam adquirir outra compreensão do processo nascer/morrer tal qual ele se dá em nossa realidade humana.

Nada melhor do que se preparar para a compreensão da finitude da matéria. É preciso viver conscientemente que nosso corpo enquanto materialidade é finito e que somos seres históricos, situados no espaço e no tempo. Somos fruto da nossa “epocalidade”. Os acidentes, as doenças, os desastres ambientais e naturais podem ocorrer a qualquer momento. Somos um corpo em cólera, vitimados pelas mil facetas da vida. Corremos perigo, transitamos por muitos lugares. Tudo é tão frágil e limitado. O corpo em sua materialidade se esvai cada dia. Cada novo nascimento é um caminho para um novo processo de morte. Viver o presente, sentindo as emoções do cotidiano, é a chave para um caminho consciente onde a felicidade torna-se realidade enquanto fenômeno transitório na vida de uma pessoa. Neste mundo nada é perfeito e muito menos definitivo. Estamos aqui de passagem, somos hóspedes desta terra. Para aqueles que crêem, nosso destino é o paraíso, que se consuma com o processo da morte física (20).

O medo da morte está associado ao apego à vida e aos bens materiais. A conquista da liberdade, bem como uma ascese espiritual voltada á conquista da “vida eterna”, enquanto realidade futura, é o desafio para todos os cristãos. Padre Antonio Vieira chama de loucos os que se apegam às riquezas desta vida, pois ela passa e pode passar a qualquer momento. Não temos controle sobre

a sua transitoriedade. Somos escravos do seu tempo. O criador em sua bondade nos deixou incompletos e incapazes de dominar totalmente o processo do nascer/morrer. Na verdade, estamos nas mãos de Deus e tudo o que podemos fazer é gozar este tempo que nos resta fazendo obras de caridade e esperando o momento da partida.

A Teologia Moral antiga, sobretudo em Santo Afonso de Ligório, nos fala dos meios de se preparar para a morte. Trata-se de meios que estão relacionados com as práticas religiosas (21). E como vivemos numa cultura moderna onde existe um tabu em relação ao morrer, é preciso redescobrir o tema enfocando-o de outras maneiras. As bases moral, existencial e espiritual, de seus ensinamentos continuam válidas. Porém, a descoberta de uma ascese que não ensine o desprezo ao corpo e a negatividade dos prazeres precisa ser construída. Sobretudo, é preciso levar em conta a morte social tecida pela desigualdade social, injustiça generalizada, desequilíbrio regional e mundial. A dimensão macro-estrutural ganha corpo na medida em que o ser humano se encontra entre políticas sociais que o impedem de viver com dignidade. Tarefa para a teologia moral que se quer inserida no mundo e preocupada com a existência humana, sobretudo neste momento em que viver ou morrer pode ser uma questão de segundos.

Abstract: The article aims at deepening the concept of death and dying from the standpoint of the Brazilian social reality and theological reflexion. Statistical data reveal that there was a significant change in death context, pointing towards the “social death” drama as a violence indicative.

Bibliographic and documental research. Researching statistics about death, especially violent death in internet sites. Developing studies together with CNBB and other Catholic organizations, for a bibliographic and documental research. Reading the main texts related to death in the Moral Theology and Brazilian literature. Visits and semi-structured interviews with families that had lost dear members.

It is attempted to present death and dying from the social perspective having as a practical support the statistics that map the concept of death in Brazil. By means of a theological reflexion the article approaches two realities that are apparently contradictory: life and death, but that in truth are complementary and dependent on each other.

Death as a religious argument has as a basic principle the origin of the human being, i. e., the powder. The whole living and dying process reveals the equality between men. At last, the article presents the Moral Theology perspective as a builder of the necessary moral discernment during our short passage through this world.

Key words: Moral Theology; death; discernment; faith; hope.

Referências

- (1) PESSINI. *Eutanásia e América Latina* – questões ético teológicas. Aparecida: Santuário, 1990, p. 22-23.
- (2) TRASFERETTI, José. “O corpo em questão: uma aproximação filosófica”. In: TRASFERETTI, J. *Filosofia, ética e mídia*. Campinas: Alínea, 2001, p. 47-48.
- (3) IBGE. A morte no Brasil. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 02 mai. 2006.
- (4) UNESCO. Armas de fogo. Disponível em: http://www.unesco.org.br/noticias/releases/mapaviosp/mostra_documento> Acesso em: 19 ago.2005.
- (5) WERTHEIN, Jorge. “Porque precisamos desarmar a violência”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 25/08/2003. Disponível em: www.unesco.org.br/noticias/opinioartigo/2003/desarmar_violencia/mostra_documento>. Acesso em: 19 ago. 2005.
- (6) UNESCO. Morte violenta. Disponível em: http://www.unesco.org.br/noticias/releases/livromortes/mostra_documento> Acesso em: 19 ago.2005.
- (7) BÉRGAMO, Mônica. Mapa da violência. *Folha de S. Paulo*, S. Paulo, 17 novembro 2003. Caderno Folha Ilustrada, p. 3.
- (8) PAÍS Violento. *Folha de S. Paulo*, S. Paulo, 14 abril 2004. Caderno Opinião. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opinio/fz140420043.htm>. Acesso em: 15 ago. 2005.
- (9) VIOLÊNCIA. *Folha de S. Paulo*, S. Paulo, 8 junho 2004. Caderno Cotidiano. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/806200403.htm>. Acesso em: 15 ago. 2005.
- (10) MORTES crescem fora das capitais. *Folha de S. Paulo*. Caderno Cotidiano. 08/06/2004. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/806200402.htm>. Acesso em: 15/08/2005.

- (11) DELAZARI, Luiz Fernando. Desarmar para salvar. *Folha de São Paulo*, S. Paulo, 15 junho 2004. Caderno Opinião. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opinião/fz1506200410.htm>. Acesso em: 15 ago. 2005.
- (12) BASTOS, Marcio Thomaz. Vidas Sim! *Folha de S. Paulo*, S. Paulo, 12 setembro 2005. Tendências/Debates, p.7.
- (13) EDITORIAL. *Folha de S. Paulo*, S. Paulo, 01/09/2005.
- (14) HÄRING, B. *Medicina e moral no século XX*. Lisboa: Editorial Verbo, 1984, p.9
- (15) JOÃO PAULO II. *Evangelium Vitae* – sobre o valor e a inviolabilidade da vida humana. São Paulo: Loyola, 1995, p. 23.
- (16) ÁLVAREZ, L.J.G. “Fundamentos filosóficos da Teologia Moral na América Latina”. In: ANJOS, M.F.dos. Bioética a partir do Terceiro Mundo. In *Temas latino-americanos de ética: teologia moral na América Latina*. Aparecida/SP: Santuário, 1988, p. 162-163
- (17) DICIONÁRIO DE TEOLOGIA MORAL. São Paulo: Paulus, 1997, p. 217.
- (18) ROCHA, S. Teologia moral em diálogo na pós-modernidade. In: TRASFERETTI, J.; GONÇALVES, P.S.L. (Orgs.). *Teologia na pós-modernidade: abordagens epistemológica, sistemática e teórico-prática*. São Paulo: Paulinas, 2003, p. 330.
- (19) LIMA, Batista de. *Diário do Nordeste*, Fortaleza, 31 dezembro 2005, p. 3.
- (20) BOFF, L. *Vida para além da morte*. Petrópolis: Vozes, 1974, p. 74.
- (21) LIGÓRIO, Santo Afonso de. *Preparação para a Morte*. Tradução de Celso de Alencar. Edição PDF de Fl.Castro, 2002, p. 32.
- (22) VIEIRA, A. *A arte de Morrer*. São Paulo: Nova Alexandria, 2000, p 25.
- (23) BOFF, L. *Vida para além da morte*. Petrópolis: Vozes, 1974, p. 75.